



Ministério dos Transportes
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes



Prestação de Contas Ordinária Anual

Relatório de Gestão 2009

Março/2010



Ministério dos Transportes
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes

Prestação de Contas Ordinária Anual

Relatório de Gestão 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Brasília, 31/03//2009

Lista de abreviações e Siglas

MT	Ministério dos Transportes
SEGES	Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

Sumário

1.	Identificação	7
2.	Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos	8
2.1.	Responsabilidades institucionais da unidade – papel da Unidade na execução das políticas públicas	8
2.2.	Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	9
2.2.1.	Monitoramento das Ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC	9
2.2.2.	Acompanhamento dos programas de trabalho da CIDE dos Estados e do Distrito Federal	10
2.2.3.	Gestão e acompanhamento das ações em execução do PAC	10
2.2.4.	Implementação do projeto dos indicadores	10
2.2.5.	Apoio a atividades relacionadas a temas ambientais	11
2.2.6.	Interação com órgãos multissetoriais da Administração Federal	11
2.3.	Programas e ações sob a responsabilidade da Unidade	11
2.3.1.	Dados gerais do Programa 0225 – Gestão da Política dos Transportes	12
2.3.2.	Dados gerais da Ação 8673 - Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores	12
2.3.3.	Dados gerais do Programa 1463 – Qualidade dos Serviços de Transporte	13
2.3.4.	Dados gerais da Ação 2907 – Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura Rodoviária	13
2.4.	Desempenho operacional	15
2.4.1.	Acompanhamento e monitoramento do PAC	15
2.4.2.	Elaboração e aperfeiçoamento de indicadores	19
2.4.3.	Acompanhamento dos programas de trabalho da CIDE dos Estados e do Distrito Federal	20
3.	Informações sobre Recursos Humanos da Unidade	24
4.	Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	26
5.	Informações contábeis da gestão	28

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão está estruturado em cinco partes: Introdução, Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticos, Informações sobre Recursos Humanos da Unidade, Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno e Informações Contábeis da Gestão.

Os itens do Anexo II, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009, que não se aplicam à realidade da Unidade ou não ocorreram no exercício de 2009 são:

- 4. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.
- 5. Informações sobre a inscrição de Restos a Pagar no exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.
- 6. Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.
- 7. Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados, de acordo com a legislação pertinente e os objetivos a que se destinarem.
- 8. Demonstrativo do fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos, ocorridos no ano e acumulados até o período em exame.
- 9. Informações sobre Renúncia Tributária.
- 10. Operações de Fundos.
- 11B. Determinações e Recomendações do TCU.
- 12. Informações quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.
- 13. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

As principais realizações da gestão no exercício foram o acompanhamento e monitoramento do PAC, a elaboração e aperfeiçoamento de indicadores para a avaliação de desempenho dos programas de transportes dos Planos Plurianuais de Investimentos – PPA e o acompanhamento dos programas de trabalho da CIDE dos Estados e do Distrito Federal.

Para o exercício de 2010 prevê-se a continuidade e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas em 2009, com destaque para a obtenção dos primeiros resultados da avaliação de desempenho dos programas finalísticos do PPA afeto a este Ministério.

1. IDENTIFICAÇÃO

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério dos Transportes			Código SIORG: 2846
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes			
Denominação abreviada: SEGES			
Código SIORG: 74709	Código LOA: 39101		Código SIAFI: 390041
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 7511-6
Telefones/Fax de contato:	(061) 3311-7759	(061) 3311-7758	(061) 3311-7955
Endereço eletrônico: não há			
Página da Internet: http://www.transportes.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios – Bloco R – Edifício Anexo – Ala Leste – 2º andar - CEP: 70.044-900 – Brasília - DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
I. Reestruturação do Setor Transportes: Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001			
II. Criação das Secretarias: Decreto nº 4.721, de 5 de junho de 2003.			
III. Regimento Interno do Ministério: Portaria Ministerial nº 399, de 14 de julho de 2004.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
I. Disposições sobre a Gestão do PAC no âmbito do Ministério dos Transportes: Portaria GM/MT nº 143, de 27/05/2008.			
II. Disposições sobre a CIDE: Portaria nº 228, de 11/10/2007			
III. Autorização e instalação e funcionamento de Núcleos Regionais – NPAC: Portaria GM nº 258, de 03/11/2008, Portaria GM nº 15, de 15/01/2009 e Portaria GM nº 24, de 10/02/2009.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Inexistem.			

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE – PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As atribuições da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES, definidas no art. 12 do Decreto nº. 4.721, de 5 de junho de 2003 são:

- **Inciso I - Coordenar e orientar a implantação de planos, programas e ações destinadas ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Viação, necessários à consecução da Política Nacional dos Transportes.**

A SEGES vem coordenando e orientando a implantação das ações do PAC Transportes, assessorando o Grupo Gestor do PAC, responsável pela coordenação executiva e pelas decisões estratégicas do Programa neste Ministério, conforme designado na Portaria nº 143, de 27 de maio de 2008, do Ministro de Estado dos Transportes.

A Secretaria exerce também as funções de unidade de acompanhamento e monitoramento dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, partilhados com os Estados e o Distrito Federal, conforme atribuição constante na Portaria nº 228, de 11 de outubro de 2007, do Ministro de Estado dos Transportes.

- **Inciso II - Acompanhar, avaliar e assegurar a qualidade dos programas, projetos, operações especiais e empreendimentos, consolidando o modelo de gerenciamento por resultados e de otimização dos recursos.**

A SEGES coordena o Comitê Técnico de Informações, responsável pela harmonização e alinhamento às estratégias e pela orientação e definição de diretrizes relativamente à gestão e acompanhamento do PAC, de acordo com o que determina a Portaria nº 143, de 27 de maio de 2008, do Ministro de Estado dos Transportes.

- **Inciso III - Estabelecer indicadores econômico-financeiros e de qualidade, objetivando a avaliação dos programas nacionais de transportes.**

Para avaliar os programas dos Planos Plurianuais do setor Transportes, a SEGES vem implementando o projeto “Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas Nacionais de Transportes”, coletando informações para 24 indicadores de avaliação de desempenho dos programas finalísticos afetos a este Ministério.

- **Inciso IV - Coordenar sistema de informações gerenciais que permita o acompanhamento do desempenho físico-financeiro e qualitativo dos programas, projetos e ações de transportes.**

A SEGES colabora com a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO nas atividades da Unidade de Monitoramento e Avaliação do Ministério, conforme Portaria nº277, de 18 de novembro de 2008, que trata da gestão do Plano Plurianual 2008-2011 no setor transportes.

- **Inciso V - Supervisionar atividades institucionais, tecnológicas e de implementação de diretrizes ambientais no setor de transportes.**

A SEGES fornece subsídios para o Comitê Permanente de Meio Ambiente, criado pela Portaria nº 158, de 16 de junho de 2008, do Ministro de Estado dos Transportes.

- **Inciso VI - Interagir com Órgãos Multissetoriais da Administração Federal garantindo a uniformização e a integração de procedimentos para efetiva implementação dos programas, projetos e ações do Setor de Transportes.**

As principais ações implementadas pela SEGES para compatibilizar as ações governamentais e dinamizar as relações institucionais foram:

Articulação com a Casa Civil da Presidência da República, que coordena as Salas de Situação temáticas do PAC (rodovias, ferrovias, hidrovias e marinha mercante) com a participação de diversos órgãos, tais como o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Participação no Comitê Executivo de Exportações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

- Coordenação do Comitê Gestor Interministerial da BR-319/AM, integrado pelos órgãos: Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Justiça, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Departamento de Polícia Federal e Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.2.1. MONITORAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC

A estrutura de gestão implantada na SEGES para coordenar e orientar as ações de implementação do PAC envolveu a designação de responsáveis para cada um dos empreendimentos com a finalidade de verificar a atualização das informações sobre o andamento das ações, analisar os aspectos físicos, financeiros, ambientais e institucionais, auxiliar os executores na antecipação e eliminação de restrições, criar as bases para elaboração de relatórios quadrimestrais e participar das Salas de Situação temáticas coordenadas pela Casa Civil da Presidência da República.

A coleta de dados, o acompanhamento e o monitoramento das obras de construção e ampliação de capacidade de rodovias, da construção de ferrovias, da implantação de hidrovias e da construção de terminais hidroviários na Região Amazônica são tarefas executadas pelos Núcleos Regionais – NPACs, distribuídos nas diferentes regiões do País.

2.2.2. ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS DE TRABALHO DA CIDE DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

A estratégia implementada envolveu:

- Análise dos relatórios demonstrativos da execução orçamentária e financeira encaminhados pelos Estados e pelo Distrito Federal, relativos ao exercício de 2008, totalizando 1.739 ações.
- Análise e publicação de 13 alterações de Programas de Trabalho de 2009 de 11 Unidades da Federação, englobando 218 ações; e
- Análise e publicação dos Programas de Trabalho de infraestrutura de transportes para 2010, elaborados pelos Estados e pelo Distrito Federal, referentes a obras e serviços em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos e transporte multimodal, num total de 432 ações.

2.2.3. GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES EM EXECUÇÃO DO PAC.

Para otimizar o acompanhamento das obras em execução do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, é realizada a coleta e atualização das informações, obedecendo a padrões definidos que envolvem a identificação do empreendimento, a caracterização física, o mapa de localização, as restrições e providências, o status (ritmo e percentual de execução), as fotografias, a execução orçamentária e financeira e o diagrama unifilar. Estas informações são utilizadas na elaboração de relatórios sobre obras em execução, encaminhados ao Comitê Técnico de Informações e ao Grupo Gestor do PAC, servindo também como subsídio para a elaboração dos balanços quadrimestrais do PAC – Transportes, que são produzidos pela Casa Civil da Presidência da República.

2.2.4. IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DOS INDICADORES

No exercício de 2009 foi contratada empresa, selecionada por meio de pregão eletrônico, com a finalidade de realizar pesquisa piloto e coleta de dados para o cálculo de 24 indicadores inicialmente selecionados, com o objetivo de avaliar o desempenho dos programas do Plano Plurianual de Investimentos – PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes.

Paralelamente, foi preparado o edital de licitação para contratação do desenvolvimento de sistema informatizado visando o tratamento e armazenamento de dados, a visualização e a análise dos 45 indicadores previstos na “Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes constantes do PPA”.

2.2.5. APOIO A ATIVIDADES RELACIONADAS A TEMAS AMBIENTAIS

Para apoiar as atividades relacionadas a temas ambientais foram desenvolvidas:

Ações relacionadas ao acompanhamento das pré-condicionantes ambientais da rodovia BR-319 no Estado do Amazonas, ao licenciamento ambiental da ferrovia Ferronorte, no Estado do Mato Grosso, e ao licenciamento ambiental da Ferrovia Nova Transnordestina nos estados do Piauí, Ceará e Pernambuco.

Atividades de sensibilização para implantação da Agenda A3P no âmbito deste Ministério, em conjunto com o Comitê Permanente de Meio Ambiente, instituído pela Portaria nº 158, de 16 de junho de 2008.

Promoção do I Curso de Gestão Ambiental para o Setor Transportes, em outubro de 2009, capacitando 35 servidores numa parceria com o Centro Interdisciplinar de Estudos em Transportes – CEFTRU/Universidade de Brasília.

2.2.6. INTERAÇÃO COM ÓRGÃOS MULTISSETORIAIS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

A interação com órgãos multissetoriais da Administração Federal foi realizada por meio das seguintes atividades:

Participação em 42 salas de situação temáticas de rodovias, ferrovias, hidrovias e marinha mercante, relativas aos empreendimentos do PAC e coordenadas pela Casa Civil da Presidência da República.

Coordenação de reuniões e atividades do Comitê Gestor Interministerial da BR-319/Amazonas.

Participação em reuniões ordinárias e plenárias e apresentação de palestra no Comitê Executivo de Exportações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

2.3. PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

A SEGES executa duas ações:

- Ação 8673 do Programa 0225
- Ação 2907 do Programa 1463

A seguir são apresentados quadros informativos das ações supracitadas e dos programas onde as mesmas estão localizadas.

2.3.1. DADOS GERAIS DO PROGRAMA 0225 – GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES

Tipo de programa	Programa de Gestão de Políticas Públicas
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e o controle dos programas da área de transportes.
Objetivos específicos	Integrar os modais de transportes no território brasileiro.
Gerente do Programa	Marcelo Perrupato
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Carlos Mota Vilela
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Programas de Gestão de Políticas Públicas, por definição, não possuem indicadores.
Público-alvo (beneficiários)	Governo

2.3.2. DADOS GERAIS DA AÇÃO 8673 - ELABORAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE INDICADORES

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Permitir a avaliação do resultado dos programas do Ministério dos Transportes
Descrição	Realização de estudos com vistas a elaborar e aperfeiçoar indicadores de resultado para os programas do órgão, a partir de estatísticas produzidas por instituições reconhecidas e de informações próprias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEGES
Coordenador nacional da ação	Carlos Mota Vilela
Unidades executoras	SEGES

Dentre os avanços obtidos destaca-se a contratação de empresa com a finalidade de realizar pesquisa piloto e coleta de dados para o cálculo de 24 indicadores selecionados, com o objetivo de avaliar o desempenho dos programas do Plano Plurianual de Investimentos – PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes.

Foi também preparado edital de licitação para contratação do desenvolvimento da ferramenta computacional para tratamento e armazenamento de dados, visualização e análise dos 45 indicadores previstos na “Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes do PPA”.

O principal problema enfrentado foi decorrente da necessidade de reformulação, para o tipo técnica e preço, do edital de licitação para o desenvolvimento da ferramenta computacional. Tal procedimento foi identificado como o mais indicado para minimizar os riscos na seleção do contratado, garantindo qualidade na execução dos serviços para que seja possível atingir os objetivos esperados.

O pagamento da empresa, contratada em novembro/2009, não ocorreu no exercício, tendo sido inscrito em restos a pagar. O motivo foi que a apresentação do relatório correspondente à primeira parcela de desembolso, contendo o planejamento e a programação para a execução da coleta de dados e da pesquisa-piloto estava previsto para o início do exercício seguinte, 2010.

2.3.3. DADOS GERAIS DO PROGRAMA 1463 – QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do território nacional
Objetivos específicos	Garantir a prestação de serviços de transportes terrestres e aquaviários em boas condições para os usuários.
Gerente do Programa	Marcelo Perrupato
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Miguel Masella
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	- Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Aquaviário de Carga - Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Rodoviário de Carga - Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Rodoviário de Passageiros - Taxa de Conformidade na Prestação de Serviços de Transporte
Público-alvo (beneficiários)	Usuários da ponte internacional São Borja – Santo Tomé

2.3.4. DADOS GERAIS DA AÇÃO 2907 – FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS E DA EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Assegurar rodovias em boas condições de trafegabilidade aos usuários, mediante a verificação do cumprimento das disposições contratuais e das metas estabelecidas nos contratos celebrados com as empresas concessionárias e nos convênios de delegação com os Estados da Federação.
Descrição	Verificação dos encargos previstos em contratos e convênios, controle por resultados, com ênfase na observância das especificações, dos parâmetros e dos padrões de qualidade estabelecidos e nas normas técnicas aplicáveis; homologação dos reajustes das tarifas de pedágio e revisão destas; expansão da capacidade da rodovia, assim como da modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações vinculadas às rodovias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SEGES
Coordenador nacional da ação	Miguel Mário Bianco Masella
Unidades executoras	SEGES

Deu-se continuidade às atividades de gerenciamento e fiscalização do cumprimento do contrato internacional de concessão da Ponte Internacional São Borja – Santo Tomé, na fronteira Brasil – Argentina. As atividades de coordenação entre os organismos públicos brasileiros e argentinos de controles fronteiriços, atuantes no “Centro Unificado de Fronteira”, visaram atingir os objetivos de unificação, modernização, eficiência e eficácia, com auscultação dos usuários sobre a qualidade dos serviços prestados e encaminhamento de solução para suas queixas e sugestões.

Os recursos necessários para a operação da Delegação de Controle – DELCON, organismo de caráter internacional responsável pela execução das tarefas acima descritas, foi integralmente pago no exercício.

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
26	121	0225	8673	A	4	Unidade	1	0	1
26	125	1463	2907	A	4	Unidade	1	1	1

Obs. Ação 8673 - Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores: o produto previsto, estudo realizado, não reflete adequadamente o resultado esperado que é a disponibilização de indicadores para avaliação de desempenho dos programas do PPA do Ministério dos Transportes.

2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.4.1. ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PAC

Como parte do processo de gestão dos empreendimentos do PAC que se encontram em execução, foram produzidos quatro relatórios apresentando as principais informações sobre a realização física, orçamentária e financeira, envolvendo a adequação e construção de rodovias e a construção de ferrovias. Os relatórios produzidos foram:

- 1º Relatório: atualizado até março/2009, apresentando um total de 51 obras, sendo 47 em rodovias e quatro em ferrovias.
- 2º Relatório: atualizado até maio/2009, apresentando um total de 58 obras, sendo 54 em rodovias e quatro em ferrovias.
- 3º Relatório: atualizado até julho/2009 apresentando um total de 59 obras, sendo 54 em rodovias e cinco em ferrovias.
- 4º Relatório: atualizado até novembro/2009, apresentando um total de 69 obras, sendo 60 em rodovias e nove em ferrovias.

Além destes, foram também produzidos relatórios com insumos para a elaboração dos balanços quadrimestrais do PAC – Transportes, produzidos pela Casa Civil da Presidência da República. São eles:

- Relatório para o 7º Balanço: referente ao período janeiro/abril/2009, com 165 ações, sendo 100 em rodovias, 22 em ferrovias, 42 em hidrovias e um em marinha mercante;
- Relatório para o 8º Balanço: referente ao período maio/agosto/2009, com 170 ações, sendo 105 em rodovias, 22 em ferrovias, 42 em hidrovias e um em marinha mercante.

Para avaliar o desempenho operacional da atividade, foram utilizados os indicadores cujas fórmulas, demonstrativos de cálculo e índices anuais atingidos no exercício são apresentados a seguir.

– Número médio de ações monitoradas no ano

- Fórmula de cálculo

$$NMAM = \frac{\sum_{i=1}^n a_i}{b}$$

onde:

NMAM = número médio de ações monitoradas no ano

a = número de ações monitoradas em cada balanço

b = número de balanços no ano

- Índice apurado em 2009

$$a1 = 165$$

$$a2 = 170$$

$$b = 2$$

NMAM = 167,5 ações/ano

– Número médio de ações monitoradas por técnico

- Fórmula de cálculo

$$NMAT = \frac{\sum_{i=1}^n a_i}{\sum_{i=1}^n c_i}$$

onde:

NMAT = número médio de ações monitoradas por técnico

a = número de ações monitoradas em cada balanço

c = número de técnicos diretamente envolvidos no monitoramento em cada balanço

- Índice apurado em 2009

$$a1 = 165$$

$$a2 = 170$$

$$c1 = 22$$

$$c2 = 22$$

NMAT = 7,6

– Percentual de ações monitoradas

- Fórmula de cálculo

$$PAM = \frac{\sum_{i=1}^n a_i}{\sum_{i=1}^n d_i} \times 100$$

onde:

PAM = percentual de ações monitoradas

a = número de ações monitoradas em cada balanço

d = número total de ações do PAC-Transportes em cada balanço

- Índice apurado em 2009

$$a1 = 165$$

$$a2 = 170$$

$$d1 = 165$$

$$d2 = 170$$

$$PAM = 100\%$$

– Número médio de obras em execução acompanhadas

- Fórmula de cálculo

$$NMAE = \frac{\sum_{i=1}^n e_i}{f}$$

onde:

NMAE = número médio de obras em execução acompanhadas

e = número de obras em execução acompanhadas em cada período

f = número de períodos

- Índice apurado em 2009

$$e1 = 51$$

$$e2 = 58$$

$$e3 = 59$$

$$e4 = 69$$

$$f = 4$$

$$NMAE = 59,3 \text{ obras}$$

– Número médio de obras em execução acompanhadas por técnico

▪ Fórmula de cálculo

$$NAET = \frac{\sum_{i=1}^n e_i}{\sum_{i=1}^n g_i}$$

onde:

NAET = número médio de obras em execução acompanhadas por técnico

e = número de obras em execução acompanhadas em cada período

g = número de técnicos diretamente envolvidos no acompanhamento em cada período

▪ Índice apurado em 2009

$$e1 = 51$$

$$e2 = 58$$

$$e3 = 59$$

$$e4 = 69$$

$$g1 = 22$$

$$g2 = 22$$

$$g3 = 24$$

$$g4 = 24$$

NAET = 2,6 obras/técnico

– Percentual de obras em execução acompanhadas

▪ Fórmula de cálculo

$$PAAE = \frac{\sum_{i=1}^n e_i}{\sum_{i=1}^n h_i} \times 100$$

onde:

PAAE = percentual de obras em execução acompanhadas

e = número de obras em execução acompanhadas em cada período

h = número de obras em execução em cada período

▪ Índice apurado em 2009

$$e1 = 51$$

$$e2 = 58$$

$$e3 = 59$$

$$e4 = 69$$

$$h1 = 94$$

$$h2 = 98$$

$$h3 = 102$$

$$h4 = 112$$

$$\mathbf{PAAE = 58,4\%}$$

– Total de relatórios produzidos

▪ Fórmula de cálculo

$$\text{TRP} = j + k$$

onde:

TRP = total de relatórios produzidos

j = número de relatórios com informações para os balanços

k = número de relatórios de obras em execução

▪ Índice apurado em 2009

$$j = 2$$

$$k = 4$$

TRP = 6 relatórios

2.4.2. ELABORAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE INDICADORES

Para implantação do “Sistema de Indicadores para Avaliação de Desempenho dos Programas de Transportes dos Planos Plurianuais” deste Ministério, foram contratados os serviços de coleta, armazenamento provisório e tratamento primário dos dados para 24 indicadores.

Foi também implementado processo licitatório para consultoria na área de tecnologia da informação, com objetivo de desenvolver um sistema informatizado para tratamento, armazenamento de dados, visualização e análise dos indicadores.

Para avaliar o desempenho operacional da atividade, foram utilizados os indicadores cujas fórmulas, demonstrativos de cálculo e índices anuais atingidos no exercício são apresentados a seguir.

– Percentual de Indicadores Disponibilizados

▪ Fórmula de cálculo

$$\text{PID} = (m / p) * 100$$

onde:

PID = percentual de indicadores disponibilizados

m = número de indicadores com informações coletadas

p = número de indicadores previstos

▪ Índice apurado em 2009

$$m = 0$$

$$p = 24$$

PID = 0%

2.4.3 ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS DE TRABALHO DA CIDE DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

As principais tarefas desenvolvidas no período foram:

- Análise dos relatórios demonstrativos da execução orçamentária e financeira encaminhados pelos Estados e pelo Distrito Federal, relativos ao exercício de 2008, totalizando 1.739 ações.
- Análise e publicação de 13 alterações de Programas de Trabalho de 2009 dos Estados e do Distrito Federal, englobando 218 ações.
- Análise e publicação dos Programas de Trabalho de infraestrutura de transportes para 2010, elaborados pelas 27 Unidades da Federação, referentes às obras ou serviços em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos e transporte multimodal, num total de 432 ações.

Para avaliar o desempenho operacional da atividade, foram utilizados os indicadores cujas fórmulas, demonstrativos de cálculo e índices anuais atingidos no exercício são apresentados a seguir.

- Total de ações examinadas nos relatórios demonstrativos da execução orçamentária e financeira relativas ao exercício anterior

- Fórmula de cálculo

$$TARD = \sum_{i=1}^n q_i$$

onde:

TARD = total de ações examinadas nos relatórios demonstrativos da execução orçamentária e financeira relativas ao exercício anterior

q = número de ações examinadas de cada UF contidas no relatório demonstrativo referente ao exercício anterior

- Índice apurado em 2009

q1 = 33 (AC)

q2 = 33 (AL)

q3 = 22 (AP)

q4 = 11 (AM)

q5 = 134 (BA)

q6 = 36 (CE)

q7 = 31 (DF)

q8 = 8 (ES)

q9 = 171 (GO)

q10 = 150 (MA)

q11 = 27 (MT)

q12 = 59 (MS)

q13 = 21 (MG)

q14 = 110 (PA)

q15 = 58 (PB)

q16 = 118 (PR)

q17 = 29 (PE)
 q18 = 60 (PI)
 q19 = 37 (RJ)
 q20 = 63 (RN)
 q21 = 294 (RS)
 q22 = 6 (RO)
 q23 = 18 (RR)
 q24 = 71 (SC)
 q25 = 88 (SP)
 q26 = 34 (SE)
 q27 = 17 (TO)

TARD = 1.739 ações

- Número médio de ações examinadas nos relatórios demonstrativos da execução orçamentária e financeira relativas ao exercício anterior por técnico

- Fórmula de cálculo

$$TARDT = \frac{\sum_{i=1}^n q_i}{r}$$

onde:

TARDT = número médio de ações examinadas nos relatórios demonstrativos da execução orçamentária e financeira relativas ao exercício anterior por técnico

q = número de ações examinadas de cada UF contidas no relatório demonstrativo referente ao exercício anterior

r = número de técnicos diretamente envolvidos na atividade

- Índice apurado em 2009

TARD = 1.739 ações

r = 9

TARDT = 193,2 ações por técnico

- Total de ações examinadas nas alterações dos Programas de Trabalho do exercício

- Fórmula de cálculo

$$TAEA = \sum_{i=1}^n s_i$$

onde:

TAEA = total de ações examinadas nas alterações dos Programas de Trabalho do exercício

s = número de ações examinadas nas alterações eventualmente solicitadas pelas UFs no exercício.

- Índice apurado em 2009

s1 = 18 (AL)

s2 = 2 (AP)

s3 = 34 (BA)

s4 = 10 (DF)

s5 = 7 (MS)

s6 = 7 (MS)

s7 = 10 (MG)

s8 = 17 (PR)

s9 = 9 (RN)

s10 = 78 (RS)

s11 = 10 (RR)

s12 = 11 (RR)

s13 = 5 (SP)

TAEA = 218 ações

- Número médio de ações examinadas nas alterações dos Programas de Trabalho do exercício por técnico

- Fórmula de cálculo

$$TAEAT = \frac{\sum_{i=1}^n S_i}{v}$$

onde:

TAEAT= total de ações examinadas nas alterações por técnico

s = número de ações examinadas nas alterações eventualmente solicitadas pelas UFs no exercício

v = número de técnicos diretamente envolvidos na atividade

- Índice apurado em 2009

TAEA = 218

v = 6

TAEAT = 36,3 ações por técnico

- Total de ações examinadas nos Programas de Trabalho para o exercício seguinte

- Fórmula de cálculo

$$TAPT = \sum_{i=1}^n x_i$$

onde:

TAPT= total de ações examinadas nos Programas de Trabalho para o exercício seguinte

x = número de ações examinadas nos Programas de Trabalho de cada UF para o exercício seguinte

- Índice apurado em 2009

- x1 = 13 (AC)
- x2 = 9 (AL)
- x3 = 1 (AP)
- x4 = 6 (AM)
- x5 = 49 (BA)
- x6 = 10 (CE)
- x7 = 16 (DF)
- x8 = 1 (ES)
- x9 = 25 (GO)
- x10 = 35 (MA)
- x11 = 10 (MT)
- x12 = 2 (MS)
- x13 = 12 (MG)
- x14 = 67 (PA)
- x15 = 7 (PB)
- x16 = 27 (PR)
- x17 = 27 (PE)
- x18 = 4 (PI)
- x19 = 10 (RJ)
- x20 = 20 (RN)
- x21 = 61 (RS)
- x22 = 2 (RO)
- x23 = 5 (RR)
- x24 = 6 (SC)
- x25 = 3 (SP)
- x26 = 1 (SE)
- x27 = 3 (TO)

TAPT = 432 ações

- Número médio de ações examinadas nos Programas de Trabalho para o exercício seguinte por técnico

- Fórmula de cálculo

$$TAPTT = \frac{\sum_{i=1}^n x_i}{z}$$

onde:

TAPTT= total de ações examinadas nos Programas de Trabalho para o exercício seguinte por técnico

x = número de ações examinadas nos Programas de Trabalho de cada UF para o exercício seguinte

z = número de técnicos diretamente envolvidos na atividade

- Índice apurado em 2009

TAPT = 432

z = 8

TAPTT = 54,0 ações por técnico

3. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

As informações sobre a lotação efetiva da planilha “Composição do Quadro de Recursos Humanos”, situação apurada em 31/12/2009 estão sendo apresentadas com base nos dados disponíveis nesta Unidade. As informações sobre lotação autorizada e lotação ideal serão informadas pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos deste Ministério, no Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva.

Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	105	Σ	Σ
Próprios	100		
Requisitados	5		
Celetistas	7		
Cargos de livre provimento	34	Σ	Σ
Estatutários	16		
Não Estatutários	18		
Terceirizados	15		
Total	161		

As informações sobre quantidade, na planilha “Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009”, estão sendo apresentadas com base nos dados disponíveis nesta Unidade. As demais informações serão encaminhadas pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos deste Ministério, no Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva.

Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	38					
2008	107					
2009	100					
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	-					
2008	-					
2009	-					
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	16					
2008	13					
2009	12					
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	7					
2008	7					
2009	7					
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	9					
2008	5					
2009	5					

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	-		9		-		6	
2008	-		11		-		10	
2009	-		7		-		8	

Esta Secretaria não possui contratos de terceirização para a Área-fim.

Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009

Nat.	Contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Quantidade				
			Início	Fim	Médio	Superior	AT	EF	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Observação:									

4. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

No exercício de 2009, relativamente à gestão da SEGES em 2008, a CGU efetuou duas Recomendações, cujos dados são apresentados a seguir.

1) Número do Relatório: 224289

2) Descrição da Recomendação:

Recomendação 001: Que a SEGES, tendo em vista o grande atraso já ocorrido e a importância da implantação dos indicadores de desempenho dos programas de transporte, priorize, entre suas atividades, aquelas destinadas a dar início e concluir, ainda em 2009, as licitações necessárias à implantação dos referidos indicadores.

3) Setor responsável pela implementação:

– Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes

4) Providências adotadas (ou justificativas para o caso do não cumprimento).

– Contratada empresa para coleta, armazenamento provisório e tratamento primário dos dados para 24 indicadores.

– Em reformulação processo licitatório para o tipo técnica e preço, de consultoria na área de tecnologia da informação, com objetivo de desenvolver um sistema informatizado para tratamento, armazenamento de dados, visualização e análise dos indicadores.

1) Número do Relatório: 224289

2) Descrição da Recomendação:

Recomendação 001: Que a SEGES, quando da realização de reuniões e salas de situação para tomada de decisões relativas ao PAC, passe a efetuar um registro, por escrito, contendo as principais questões abordadas nestas reuniões, como decisões relevantes e medidas a serem implementadas. a forma com que este registro será realizado – por meio de ata ou outro documento mais adequado – fica a critério da SEGES. Como sugestão, o documento deve ser simples e conter:

a) Identificação da Reunião/Sala de Situação

b) Data/Horário/Local

c) Objetivo da reunião/Sala de Situação

d) Participantes

e) Principais deliberações, ações a serem tomadas e seus respectivos responsáveis pelas implementações

f) Assinatura dos participantes

Ao final da reunião, uma boa prática é enviar cópia do documento para todos os participantes, a fim de obter manifestação sobre a concordância, ou não, do conteúdo do mesmo.

3) Setor responsável pela implementação:

- Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes

4) Providências adotadas (ou justificativas para o caso do não cumprimento).

- A SEGES está utilizando, nas principais reuniões e salas de situação, instrumento de ajuda à memória, contendo:

a) Objetivo da Reunião/Sala de Situação

b) Data/Horário/Local

c) Lista de presença com as assinaturas dos participantes

d) Principais deliberações adotadas, ações a serem implementadas e respectivos responsáveis.

Quando necessário, é enviada cópia do documento aos participantes, para obter manifestação dos mesmos sobre os assuntos tratados.

5. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO




Ministério dos Transportes
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade
Coordenação de Contabilidade

DECLARAÇÃO

Declaro que o demonstrativo contábil constante do Sistema SIAFI Gerencial, da Unidade Jurisdicionada 390041 - Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES reflete a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 04 de março de 2010


Ivana Maria Botelho Taveira Oliveira
CRC-DF nº 8.435/0-3